

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

Nº 52491/2017 – GTLJ/PGR  
Relator: Ministro **Edson Fachin**  
Distribuição por conexão à Petição nº 6530

**SIGILOSO**

**PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILOSO. ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA. ELEMENTOS QUE INDICAM A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE CRIMES. ENVOLVIMENTO DE AGENTE PÚBLICO DETENTOR DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. MANIFESTAÇÃO PELA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DOS FATOS.**

1. Trata-se de acordos de colaboração premiada firmados por envolvidos em investigação criminal referente à chamada “Operação Lava Jato” e submetidos à apreciação do Supremo.
2. A análise de Termos de Depoimento aponta para o possível envolvimento de autoridades com foro por prerrogativa, nos termos do 102, inciso I, “b” e “c”, da Constituição Federal.
3. Suposta prática dos crimes de corrupção passiva e ativa, bem como de lavagem de dinheiro, previstos, respectivamente, nos arts. 317, §1º, e 333, todos do CP, bem como no art. 1º, *caput* e § 1º, I, da Lei n. 9.613/1998.
4. Manifestação pela instauração de inquérito.

O Procurador-Geral da República vem, perante Vossa Excelência, requerer **INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO** em face do Senador da República **AÉCIO NEVES DA CUNHA**

(PSDB/MG), dentre outros, consoante os elementos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

### 1. Da contextualização dos fatos

O Ministério Público Federal, no decorrer das investigações da Operação Lava Jato, firmou acordos de colaboração premiada com 77 (setenta e sete) executivos e ex-executivos do Grupo ODEBRECHT os quais foram protocolizados em 19.12.2016 no Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de serem homologados, nos termos do disposto no art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013.

Em decorrência dos referidos acordos de colaboração, foram prestados por seus respectivos colaboradores centenas de termos de depoimento, no bojo dos quais se relatou a prática de distintos crimes por pessoas com e sem foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

A Ministra Presidente, em 28.1.2017, homologou os acordos de colaboração em referência e, após, vieram os autos à Procuradoria-Geral da República *“para manifestação sobre os termos de depoimento veiculados nestes autos, no prazo de até 15 (quinze) dias”*.

### 2. Do caso concreto

Conforme se depreende da análise detida do termo de depoimento nº 41, 42 e 43 do colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, nº 2 e 8 do colaborador SÉRGIO LUIZ NE-

OHF

VES, nº 24 do colaborador MARCELO ODEBRECHT e nº 22 do colaborador CLÁUDIO MELO FILHO, há elementos que indicam a possível prática de graves crimes pelo Senador da República AÉCIO NEVES, dentre outros.

Os referidos colaboradores apontam, por meio de declaração e prova documental, que, em 2014, foi prometido e/ou efetuado, a pedido do Senador da República AÉCIO NEVES DA CUNHA, o pagamento de vantagens indevidas em seu favor e em benefício de seus aliados políticos.

Os colaboradores BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, em seu termo de depoimento nº 43, e SÉRGIO LUIZ NEVES, em seu termo de depoimento nº 2, apontam que, em 2014, prometeram e autorizaram o pagamento de vantagens indevidas a AÉCIO NEVES DA CUNHA, a pretexto de sua candidatura à Presidência da República.

O colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR, em seu termo de depoimento nº 43, relata haver recebido nova solicitação do Senador da República AÉCIO NEVES DA CUNHA, em janeiro ou fevereiro de 2014, a fim de ser-lhe efetuado pagamento de R\$ 6 milhões destinado supostamente à sua candidatura à Presidência da República naquele ano. Acrescenta ter, na ocasião, acertado com o parlamentar que os pagamentos se dariam através da empresa de marketing de PAULO VASCONCELOS DO ROSÁRIO, e que SÉRGIO LUIZ NEVES iria entrar em contato para definir o objeto do contrato fictício a ser firmado.

SÉRGIO LUIZ NEVES especifica, no termo de depoimento



asf

nº 2, ter se reunido algumas vezes com PAULO VASCONCELOS DO ROSÁRIO no escritório da ODEBRECHT localizado na Rua Pernambuco n. 1002, 12º Andar, Bairro dos Funcionários, Belo Horizonte/MG e, na data de 15/01/2014, firmado contrato de prestação de serviço no valor de R\$ 3 milhões com a empresa PVR Propaganda e Marketing Ltda, tendo os pagamentos sido efetivados em duas parcelas de R\$ 1,5 milhão nos dias 15/05 e 15/06/2014.

Os colaboradores apresentaram, em conjunto com os seus aludidos termos de depoimento, o inteiro teor do contrato firmado em 2014 pelo Grupo ODEBRECHT com a empresa PVR Propaganda e Marketing Ltda, bem como as notas fiscais e os comprovantes de pagamento respectivos<sup>1</sup>. Ambos asseguram que nenhum serviço foi prestado pela empresa de PAULO VASCONCELOS DO ROSÁRIO ao Grupo ODEBRECHT em decorrência do aludido contrato.

Ressaltam ambos os colaboradores que PAULO VASCONCELOS DO ROSÁRIO efetuou diversas cobranças posteriores a SÉRGIO LUIZ NEVES, a fim de ser objeto de novo contrato a quantia restante de R\$ 3 milhões que havia sido ajustada com AÉCIO NEVES. Asseguram, no entanto, não terem sido concretizados o contrato nem o pagamento do aludido valor.

Ainda no contexto das eleições presidenciais de 2014, todos os colaboradores relatam haver MARCELO BAHIA ODEBRECHT, por volta de 15/09/2014, prometido ao Senador da República AÉCIO NEVES DA CUNHA, após solicitação do parlamentar, o pa-

<sup>1</sup>Provas de corroboração 43.B e 43.C do colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR e provas de corroboração 2.B e 2.C do colaborador SÉRGIO LUIZ NEVES.



06/

gamento da quantia de R\$ 15 milhões.

Segundo relata MARCELO BAHIA ODEBRECHT em seu termo de depoimento nº 24, embora o Senador AÉCIO NEVES tenha solicitado que os referidos valores fossem destinados à sua candidatura de 2014 à Presidência da República, ambos combinaram o direcionamento do referido montante a outras candidaturas vinculadas ao grupo político do parlamentar. Assegura também o colaborador recordar-se que, desse ajuste com AÉCIO NEVES, foi efetivado o pagamento de R\$ 1 milhão como contribuição eleitoral ao Partido DEM, por meio do Senador JOSÉ AGRIPINO.

Ainda segundo MARCELO BAHIA ODEBRECHT, foi combinado com AÉCIO NEVES que SÉRGIO NEVES iria procurar o tesoureiro informal de sua campanha à Presidência da República, OSWALDO BORGES, a fim de serem acordados os detalhes dos pagamentos. Acresce ter comunicado o ajuste com AÉCIO NEVES a BENEDICTO JÚNIOR e a SÉRGIO NEVES e comentado com outros executivos sobre candidaturas que seriam beneficiadas com os referidos pagamentos, desligando-se, em seguida, do assunto.

O colaborador SÉRGIO LUIZ NEVES, por sua vez, em seu termo de depoimento nº 8, assegura ser possível verificar, em diálogo ocorrido em 17/09/2014 constante de BlackBerry apreendido em fase determinada da Operação Lava Jato, que MARCELO BAHIA ODEBRECHT procurou BENEDICTO JÚNIOR a fim de que coordenasse o pagamento da referida quantia de R\$ 15 milhões ao Senador da República AÉCIO NEVES. Acresce SÉRGIO LUIZ



OH

NEVES que, ante a ausência de BENEDICTO JÚNIOR, MARCELO BAHIA ODEBRECHT lhe solicitou, mediante ligação efetuada no dia 17 ou 18/09/2014, que coordenasse o referido pagamento em conjunto com OSWALDO BORGES DA COSTA.

Afirma também SÉRGIO LUIZ NEVES que, logo após o pedido de MARCELO ODEBRECHT, recebeu nova ligação de FERNANDO MIGLIACCIO, na qual este lhe afirmou que não seria possível disponibilizar de imediato os R\$ 15 milhões requeridos por AÉCIO NEVES, comprometendo-se, no entanto, a disponibilizar R\$ 1 milhão por semana a partir de outubro, finalizando a quantia total em 20 de dezembro. Narra ter entrado em contato<sup>2</sup> e se reunido no prédio da CODEMIG com OSWALDO BORGES DA COSTA entre os dias 18 a 22 de setembro de 2014 a fim de acertar a concretização dos pagamentos da maneira como proposta por FERNANDO MIGLIACCIO. Assegura, no entanto, que OSWALDO BORGES DA COSTA, após manifestar preocupação com a logística proposta e pedir tempo para serem avaliadas alternativas destinadas ao recebimento de valores, acabou por não lhe procurar nem cobrar os referidos valores, de modo que o pagamento, por fim, não se concretizou.

O colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR corrobora os relatos anteriores, afirmando haver sido informado por MARCELO BAHIA ODEBRECHT do pedido feito por

JB

<sup>2</sup> O colaborador apresenta prova documento (Anexo 8.A) na qual consta registros telefônicos que certificam várias ligações originadas de seu telefone fixo da ODEBRECHT com a CODEMIG, e vice-versa, no intervalo de 18 a 22 de setembro de 2014, quando afirma ter conversado por telefone com OSWALDO BORGES DA COSTA a fim de agendar uma reunião no prédio da CODEMIG.

084

AÉCIO NEVES em 2014 de pagamento de R\$ 15 milhões destinado à sua candidatura à Presidência da República, o qual acabou não se concretizando por conta de dificuldade enfrentada por SÉRGIO NEVES e OSWALDO BORGES DA COSTA para entrega dos recursos em espécie.

O colaborador CLÁUDIO MELO FILHO relata haver comunicado em 2014 ao Senador JOSÉ AGRIPINO que iria ser-lhe destinado R\$ 1 milhão a título de apoio ao Partido DEM, em cumprimento a pedido nesse sentido feito pelo Senador da República AÉCIO NEVES a MARCELO ODEBRECHT. Acresce ter o pagamento sido efetuado, entre 13 e 17 de outubro de 2014, através do Setor de Operações Estruturadas<sup>3</sup>. O colaborador apresenta transcrição de e-mail trocado entre ele e HILBERTO MASCARENHAS ALVES DA SILVA FILHO, responsável pela área de operações estruturadas da ODEBRECHT, através do qual combinaram o pagamento dos referidos valores ao Senador JOSÉ AGRIPINO.

Além desses relatos, há também de merecer aprofundamento investigatório os fatos constantes do termo de depoimento nº 24 de MARCELO BAHIA ODEBRECHT, em que o colaborador assegura haver, em 26/05/2014, acertado com o Senador AÉCIO NE-

<sup>3</sup>Cumpra esclarecer que a área de operações estruturadas foi criada durante a Presidência de Marcelo Odebrecht com a finalidade de administração e pagamento de recursos não contabilizados - vantagens indevidas a agentes públicos - aprovados por Marcelo e, a partir de 2009, também pelos Líderes Empresariais do Grupo Odebrecht desde que relacionados a obras da empresa. Com o intuito de resguardar a identidade do beneficiário final, os Líderes da Empresa que solicitavam os valores eram instruídos a criar um codinome ou apelido para o destinatário final do pagamento, sendo a entrega feita em uma determinada conta no exterior ou em determinado endereço em território nacional

O Drousys foi um sistema de informática paralelo ao sistema de informática oficial da Odebrecht, de acesso restrito, para pagamento e controle de operações financeiras da área de operações estruturadas, tendo sido instituído em 2007 ou 2008, para o aperfeiçoamento da comunicação entre os operadores e officers de bancos.

VES DA CUNHA a efetivação de pagamentos mensais destinados ao PSDB no montante de R\$ 500 mil, cujos detalhes seriam combinados com BENEDICTO JUNIOR. Por fim, merece análise, em todo esse contexto, a afirmação de MARCELO BAHIA ODEBRECHT, constante naquele mesmo termo: de que o Grupo ODEBRECHT efetuou doação oficial a AÉCIO NEVES para sua campanha de 2014 à Presidência da República no valor aproximado de R\$ 5 milhões, informação essa que pode ser parcialmente corroborada com registro de doação de R\$ 2 milhões realizada em 2014 em benefício de AÉCIO NEVES, constante do Anexo "Doações Eleitorais Braskem" ao acordo de colaboração de CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO.

Conforme se pode verificar, os relatos acima mencionados apresentam-se harmônicos no que toca ao fato de o Senador da República AÉCIO NEVES haver solicitado e/ou recebido da ODEBRECHT, em 2014, o pagamento de valores indevidos destinados para si e para integrantes de seu grupo político.

Entretanto, há divergência no que toca à efetivação ou não do pagamento de R\$ 15 milhões ajustado, já que, enquanto MARCELO BAHIA ODEBRECHT e CLÁUDIO MELO FILHO afirmam terem sido efetuados pagamentos, a pedido de AÉCIO NEVES, destinados ao Senador JOSÉ AGRIPINO, os colaboradores BENEDICTO JÚNIOR e SÉRGIO NEVES asseguram nenhum dos valores de R\$ 15 milhões ajustados entre AÉCIO NEVES e MARCELO BAHIA ODEBRECHT acabaram sendo pagos. Também não há exata correlação entre os fatos relacionados aos paga-



969

mentos de R\$ 3 milhões realizados através contrato fictício, à promessa de pagamento de R\$ 15 milhões feita pelo Grupo ODEBRECHT, os pagamentos efetivados de R\$ 500 mil mensais e de R\$ 5 milhões, mediante doação oficial.

Portanto, faz-se necessária a abertura de investigação para que se apure o montante total repassado e as circunstâncias em relação às solicitações. O certo é que os elementos apresentados são suficientes para autorizar sejam os fatos investigados.

### 3. Da tipificação

A conduta dos agentes públicos supostamente envolvidos podem configurar em tese corrupção passiva:

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

[...]

Art. 327 - Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º - Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

Os recursos indevidos podem ter sido entregues após processos de ocultação, dissimulação e branqueamento, a fim de torná-los

lícitos. Caso comprovado esse cenário, caracteriza-se também o delito de lavagem de capitais, assim tipificado no art. 1º da Lei 9.613/1998:

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. *(Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)*

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal: *(Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012)*

I - os converte em ativos lícitos;

Além disso, a conduta dos funcionários da ODEBRECHT pode, em tese, caracterizar, além do acima citado delito de lavagem de capitais, o crime de corrupção ativa, assim tipificado no art. 333 do Código Penal:

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. *(Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)*

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

#### 4. Da investigação conjunta

Feitas essas considerações, verifica-se nos autos a existência de indícios mínimos aptos a motivar a abertura de investigação no âmbito dessa Corte sobre o pagamento de vantagens indevidas solicitadas por Senador da República em benefício próprio e supostamente em benefício de terceiro, também autoridade com foro de prerrogativa.

Na linha da jurisprudência mais recente desse Supremo Tribu-

nal Federal, a cisão processual constitui a regra, mantendo-se as apurações perante os tribunais com competência originária apenas em relação aos eventuais detentores de prerrogativa de foro.

A despeito disso, a Corte já reconheceu persistir a reunião das investigações em situações excepcionais nas quais os fatos narrados encontrem-se intrinsecamente relacionados, “de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento” (AP n. 853/DF, Rel. Min. Rosa Weber, DJ de 22/5/2014).

Na presente hipótese, evidencia-se necessária, ao menos por ora, a manutenção da unicidade da investigação quanto a esses fatos, uma vez que as condutas dos ora investigados de fato encontram-se intrinsecamente relacionadas ao ponto de eventual cisão resultar neste momento em prejuízo para a persecução criminal.

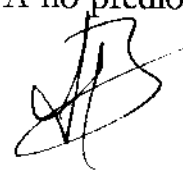
A apuração conjunta dos fatos, inclusive àqueles que não detêm foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, neste momento, é medida que se impõe, para evitar prejuízo relevante à formação da *opinio delicti* no tocante aos Senadores da República envolvidos.

## 5. Dos requerimentos

Em face do exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) a **instauração de inquérito**, com prazo inicial de 30 (trinta) dias, devendo, a autoridade policial, adotar as seguintes diligências sem prejuízo de outras que entender pertinentes:

a.1) a obtenção de eventuais registros de ingresso de SÉRGIO LUIZ NEVES e de OSWALDO BORGES DA COSTA no prédio



13/

da CODEMIG entre os dias 18 a 22 de setembro de 2014, ou em datas próximas;

a.2) a obtenção de eventuais registros de ingresso PAULO VASCONCELOS DO ROSÁRIO NETO no escritório da Odebrecht localizado na Rua Pernambuco n. 1002, 12º Andar, Bairro dos Funcionários, Belo Horizonte/MG, em datas idênticas ou próximas às mencionadas pelos colaboradores BENEDICTO JÚNIOR e SÉRGIO LUIZ NEVES;

a.3) levantamento de todas as doações eleitorais feitas, em 2014, pela ODEBRECHT, ou por qualquer sociedade empresária do seu grupo econômico, em favor de AÉCIO NEVES DA CUNHA e de JOSÉ AGRIPINO MAIA e de seus respectivos partidos.

a.4) oitivas dos colaboradores e dos mencionados como envolvidos nos fatos.

b) a juntada aos autos dos termos de depoimentos nº 0 (histórico profissional), 41, 42 e 43 do colaborador BENEDICTO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR; nº 0 (histórico profissional), 2 e 8 do colaborador SÉRGIO LUIZ NEVES; nº 0 (histórico profissional) e 24 do colaborador MARCELO ODEBRECHT; e nº 1 (histórico profissional) e 22 do colaborador CLÁUDIO MELO FILHO, bem como os documentos por eles apresentados, inclusive do Anexo “Doações Eleitorais Braskem” ao acordo de colaboração de CARLOS JOSÉ FADIGAS DE SOUZA FILHO, na parte da planilha em que AÉCIO NEVES é mencionado

c) o levantamento do sigilo em relação aos termos de depoimento aqui referidos, uma vez que não mais subsistem motivos

para tanto<sup>4</sup>.

Brasília (DF), 13 de março de 2017.

**Rodrigo Janot Monteiro de Barros**  
Procurador-Geral da República

PA/AC/CN

4 “É certo que a Lei 12.850/2013, quando trata da colaboração premiada em investigações criminais, impõe regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), sigilo que, em princípio, perdura até a decisão de recebimento da denúncia, se for o caso (art. 7º, § 3º). Essa restrição, todavia, tem como finalidades precípua (a) proteger a pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II) e (b) garantir o êxito das investigações (art. 7º, § 2º). No caso, o desinteresse manifestado pelo órgão acusador revela não mais subsistirem razões a impor o regime restritivo de publicidade”. (Pet 6121, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 25/10/2016, publicado em DJe-232 DIVULG 28/10/2016 PUBLIC 03/11/2016).

122 4444

15/

**Campanha Aécio Solicitação 2014 –  
Pagamento Parcial  
Manifestação nº 52491/2017 – GTLJ/PGR  
(Instauração de Inquérito)**

*Supremo Tribunal Federal*

164

Secretaria Judiciária

**CERTIDÃO**

Inq nº 4444

Certifico que, em 14 de março de 2017, recebi o processo protocolizado sob o número em epígrafe, acompanhado de uma mídia.

Brasília, 14 de março de 2017.

  
Patrícia Pereira de Moura Martins – Mat. 1775

17

*Supremo Tribunal Federal*  
*Secretaria Judiciária*  
*Coordenadoria de Processamento Inicial*

**Termo de recebimento e autuação**

Estes autos foram recebidos e autuados nas datas e com as observações abaixo:

**Inq nº 4444**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

ORIGEM. : SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NÚMERO DO PROCESSO NA ORIGEM : 4444

AUTOR(A/S)(ES): SOB SIGILO

PROC.(A/S)(ES): SOB SIGILO

INVEST.(A/S): SOB SIGILO

QTD.FOLHAS: 16 QTD.VOLUME: 1 QTD.APENSOS: 0

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL | Investigação Penal

DATA DE AUTUAÇÃO: 16/03/2017 - 14:04:59

**Certidão de distribuição**

**Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. EDSON FACHIN, com a adoção dos seguintes parâmetros:**

- Característica da distribuição: PREVENÇÃO DO RELATOR/SUCESSOR
- Processo que Justifica a prevenção Relator/Sucessor: PETIÇÃO nº 6530
- Justificativa: RISTF, art. 69, caput

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2017 - 15:55:00

Brasília, 16 de Março de 2017.

**Coordenadoria de Processamento Inicial**  
**(documento eletrônico)**

**TERMO DE CONCLUSÃO**

Faço estes autos conclusos ao(a)  
Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a)  
Relator(a)  
Brasília, 21 de março de 2017.

Patricia  M. Martins - 1775

Certidão gerada em 16/03/2017 às 15:55:05.

Esta certidão pode ser validada em <https://www.stf.us.br/porta/autenticacao/autenticarDocumento.asp> com o seguinte código CRQD4KVFQXQ.

**PATRICIAP, em 16/03/2017 às 17:45.**



INQUÉRITO 4.444 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO  
PROC.(A/S)(ES) : SOB SIGILO  
INVEST.(A/S) : SOB SIGILO

**DECISÃO: 1.** O Procurador-Geral da República requer a abertura de inquérito para investigar fatos relacionados ao Senador da República Aécio Neves da Cunha, em razão das declarações prestadas pelos colaboradores Benedicto Barbosa da Silva Júnior (Termos de Depoimento ns. 41, 42 e 43), Sérgio Luiz Neves (Termos de Depoimento n. 2 e 8), Marcelo Bahia Odebrecht (Termo de Depoimento n. 24) e Cláudio Melo Filho (Termo de Depoimento n. 22).

Consoante o Ministério Público, *“os referidos colaboradores apontam, por meio de declaração e prova documental, que, em 2014, foi prometido e/ou efetuado, a pedido do Senador da República AÉCIO NEVES DA CUNHA, o pagamento de vantagens indevidas em seu favor e em benefício de seus aliados políticos”* (fl. 4). Descrevendo as solicitações e os pagamentos realizados e individualizando a participação de cada um dos citados, sustenta o Procurador-Geral da República a ocorrência de indícios quanto à prática, em tese, dos crimes de corrupção passiva e ativa (art. 317 c/c art. 327, §§ 1º e 2º e art. 333 do Código Penal), além de lavagem de dinheiro (art. 1º, § 1º, I, da Lei 9.613/1998), postulando a investigação conjunta, inclusive quanto àqueles não detentores da prerrogativa de foro por função neste Supremo Tribunal Federal, e o levantamento do sigilo dos autos.

2. Como sabido, apresentado o pedido de instauração de inquérito pelo Procurador-Geral da República, incumbe ao Relator deferi-lo, nos termos do art. 21, XV, do RISTF, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas indicadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas, conforme as exceções elencadas nas letras “a” a “e”, da norma regimental, as quais, registro, não se fazem presentes no caso.

3. Com relação ao pleito de levantamento do sigilo dos autos, anoto que, como regra geral, a Constituição Federal veda a restrição à publicidade dos atos processuais, ressalvada a hipótese em que a defesa

INQ 4444 / DF

do interesse social e da intimidade exigir providência diversa (art. 5º, LX), e desde que “a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação” (art. 93, IX).

Percebe-se, nesse cenário, que a própria Constituição, em antecipado juízo de ponderação iluminado pelos ideais democráticos e republicanos, no campo dos atos jurisdicionais, prestigia o interesse público à informação. Acrescenta-se que a exigência de motivação e de publicidade das decisões judiciais integra o mesmo dispositivo constitucional (art. 93, IX), fato decorrente de uma razão lógica: ambas as imposições, a um só tempo, propiciam o controle da atividade jurisdicional tanto sob uma ótica endoprocessual (pelas partes e outros interessados), quanto extraprocessual (pelo povo em nome de quem o poder é exercido). Logo, o Estado-Juiz, devedor da prestação jurisdicional, ao aferir a indispensabilidade, ou não, da restrição à publicidade, não pode se afastar da eleição de diretrizes normativas vinculantes levadas a efeito pelo legislador constitucional.

D'outro lado, a Lei 12.850/2013, ao tratar da colaboração premiada em investigações criminais, impôs regime de sigilo ao acordo e aos procedimentos correspondentes (art. 7º), circunstância que, em princípio, perdura, se for o caso, até o eventual recebimento da denúncia (art. 7º, § 3º). Observe-se, entretanto, que referida sistemática deve ser compreendida à luz das regras e princípios constitucionais, tendo como lastro suas finalidades precípua, quais sejam, a garantia do êxito das investigações (art. 7º, § 2º) e a proteção à pessoa do colaborador e de seus próximos (art. 5º, II). Não fosse isso, compete enfatizar que o mencionado art. 7º, §3º relaciona-se ao exercício do direito de defesa, assegurando ao denunciado, após o recebimento da peça acusatória, e com os meios e recursos inerentes ao contraditório, a possibilidade de insurgir-se contra a denúncia. Todavia, referido dispositivo que, como dito, tem a preservação da ampla defesa como razão de ser, não veda a implementação da publicidade em momento processual anterior.

4. No caso, a manifestação do órgão acusador, destinatário da apuração para fins de formação da *opinio delicti*, revela, desde logo, que

**INQ 4444 / DF**

não mais subsistem, sob a ótica do sucesso da investigação, razões que determinem a manutenção do regime restritivo da publicidade.

Em relação aos direitos do colaborador, as particularidades da situação evidenciam que o contexto fático subjacente, notadamente o envolvimento em delitos associados à gestão da coisa pública, atraem o interesse público à informação e, portanto, desautorizam o afastamento da norma constitucional que confere predileção à publicidade dos atos processuais. Com esse pensamento, aliás, o saudoso Min. TEORI ZAVASCKI, meu antecessor na Relatoria de inúmeros feitos a este relacionados, já determinou o levantamento do sigilo em autos de colaborações premiadas em diversas oportunidades, citando-se: Pet. 6.149 (23.11.2016); Pet. 6.122 (18.11.2016); Pet. 6.150 (21.11.2016); Pet. 6.121 (25.10.2016); Pet. 5.970 (01.09.2016); Pet. 5.886 (30.05.2016); Pet. 5.899 (09.03.2016); Pet. 5.624 (26.11.2015); Pet. 5.737 (09.12.2015); Pet. 5.790 (18.12.2015); Pet. 5.780 (15.12.2015); Pet. 5.253 (06.03.2015); Pet. 5.259 (06.03.2015) e Pet. 5.287 (06.03.2015). Na mesma linha, registro o julgamento, em 21.02.2017, do agravo regimental na Pet. 6.138 (acórdão pendente de publicação), ocasião em que a Segunda Turma desta Corte, por unanimidade, considerou legítimo o levantamento do sigilo de autos que contavam com colaboração premiada, mesmo anteriormente ao recebimento da denúncia.

No que toca à divulgação da imagem do colaborador, cumpre enfatizar que a Lei 12.850/2013 determina que, sempre que possível, o registro das respectivas declarações deve ser realizado por meio audiovisual (art. 4º, §13º). Trata-se, como se vê, de regra legal que busca conferir maior fidedignidade ao registro do ato processual e, nessa perspectiva, corporifica o próprio meio de obtenção da prova. Em tese, seria possível cogitar que o colaborador, durante a colheita de suas declarações, por si ou por intermédio da defesa técnica que o acompanhou no ato, expressasse insurgência contra tal proceder, todavia, na hipótese concreta não se verifica, a tempo e modo, qualquer impugnação, somente tardiamente veiculada.

Assim, considerando a falta de impugnação tempestiva e observada

INQ 4444 / DF

a recomendação normativa quanto à formação do ato, a imagem do colaborador não deve ser dissociada dos depoimentos colhidos, sob pena de verdadeira desconstrução de ato processual perfeito e devidamente homologado.

Por fim, as informações próprias do acordo de colaboração, como, por exemplo, tempo, forma de cumprimento de pena e multa, não estão sendo reveladas, porque sequer juntadas aos autos.

À luz dessas considerações, tenho como pertinente o pedido para levantamento do sigilo, em vista da regra geral da publicidade dos atos processuais.

5. Ante o exposto: (i) determino o levantamento do sigilo dos autos; (ii) defiro o pedido do Procurador-Geral da República para determinar a instauração de inquérito em face do Senador da República Aécio Neves da Cunha, com a juntada dos documentos apontados na peça exordial; (iii) ordeno a remessa dos autos à autoridade policial para que, no prazo de 30 (trinta) dias, atenda às diligências especificadas no item "a" (fls. 12-13) pelo Ministério Público ; (iv) atribuo aos juízes Ricardo Rachid de Oliveira, Paulo Marcos de Farias e Camila Plentz Konrath, magistrados lotados neste Gabinete, os poderes previstos no art. 21-A do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para o trâmite deste feito.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 4 de abril de 2017.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*